

OS PRESSUPOSTOS DO REVISIONISMO: Sobre os fundamentos do conceito de democracia na teoria política de Eduard Bernstein

Pedro Henrique Gomes Saito (IC) e José de Resende Júnior. (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

Este artigo trata do trabalho de Eduard Bernstein, político e teórico do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) durante o período da Segunda Internacional, conhecido por sua proposta de revisão da teoria de Marx. Tomando como marco sua principal obra, *Os Pressupostos do Socialismo e as tarefas da Social-Democracia*, busca explicitar os fundamentos da revisão de Bernstein sobre o marxismo, compará-los à seus interlocutores e demonstrar como decorre em um conceito de democracia diverso do marxista. Para tanto, utiliza da análise bibliográfica dos escritos de Bernstein, seus comentadores e interlocutores tomando como marcos teóricos os conceitos de teoria do colapso, dialética hegeliana, liberdade e democracia. Na teoria de Bernstein, a análise das organizações patronais, novas tecnologias e novas formas de crédito a partir de uma visão determinista do marxismo decorrem na rejeição da teoria do colapso, que, vista como um aspecto fundamental, decorre na necessidade de revisão do método. Isto o leva a substituir a herança dialética e sua valorização do processo revolucionário por um evolucionismo orgânico, que prescinde de rupturas, acoplado a um conceito de liberdade de desvinculados da necessidade histórica e alicerçado sobre preceitos éticos. Com a reforma dos elementos anteriores, o conceito de democracia de Bernstein se tornar um pressuposto ético, realizado na supressão da irracionalidade do mercado por meio de reformas progressivas, sem necessidade de ruptura. Ao final, é explicitado o papel histórico e político limitado da teoria de Bernstein.

Palavras-chave: Eduard Bernstein. Revisionismo. Segunda Internacional

ABSTRACT

This article aims to analyze the work of Eduard Bernstein, politician and theoretician of Social Democratic Party of Germany during the period of the Second International. Taking his most important work *The Preconditions of Socialism and the work of Social-Democracy*, has the objective to demonstrate the fundamental elements of Bernstein's revisionism of the Marxist theory, compare him to his critics and demonstrate how he runs in a concept of Democracy that diverges from the Marxist one. For that, we analyze Bernstein's work, his critics and scholars, utilizing as basis Bernstein his concepts of theory of collapse of capitalism, Hegelian dialectics, Liberty, and Democracy. In Bernstein's theory, the analysis of trusts and cartels, new technologies, new financial structures in a determinist view of Marxism runs in the rejection of the Theory of collapse, that, seen as a fundamental element, show him the

necessity to revise his method. This makes Bernstein to replace dialectics and the valorization of revolution with a Organic Evolutionism that discard structural ruptures, attached to a concept of Liberty disconnected of Historical Necessity and based on ethics. As consequence, Bernstein is concept of Democracy becomes ethical, realized in the suppression of the irrationality of free market by progressive reforms, without the necessity of rupture. At the ending, is explained the historical and political limitations of Bernstein and his theory.

Keywords: Eduard Bernstein. Revisionism. Second International.

1. INTRODUÇÃO

Político e teórico do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), Eduard Bernstein deixou sua marca no marxismo da Segunda Internacional enquanto principal articulador teórico do revisionismo, vertente político-teórica que, na disputa interna ao SPD na virada do século XIX para o século XX, pregava pela necessidade de revisar os pressupostos da teoria marxista para adequá-la à atuação política frente às mudanças do capitalismo à época, caracterizado por novos mecanismos de adaptação e estabilidade frente às crises, com crescente democratização do Estado Liberal de Direito (ANDRADE, 2005, p. 1).

Após diversas vitórias eleitorais e crescente popularização do SPD, Bernstein via nas reivindicações revolucionárias, mera retórica – quando não um empecilho à conciliação com partidos mais moderados e/ou burgueses – contraposta a uma prática essencialmente reformista. Dessa forma, suas propostas ganhavam forma primeiramente na série de artigos *Problemas do Socialismo*, sendo discutidas e rejeitadas no VII Congresso da Segunda Internacional (Congresso Socialista Internacional de Stuttgart). Posteriormente, as reformularia no livro *Os Pressupostos do Socialismo e as tarefas da Social-Democracia* (*Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*).

Essa investigação tem como objeto principal os dados sobre a Alemanha da época, alegando a não concretização de uma série de previsões feitas por Marx e Engels propondo, a partir dessas observações, a revisão de aspectos do marxismo da época. Seu juízo sobre a situação do capitalismo àquele tempo pode ser resumido em: 1) “A concentração das empresas industriais não equivale a uma concentração paralela dos patrimônios.” (FETSCHER, 1982, p. 277); 2) “As ‘camadas médias’, que se situam entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, não desaparecem com o incremento da industrialização, mas continuam a existir.” (FETSCHER, 1982, p. 278); 3) “[...] a economia capitalista se torna capaz, se não mesmo de impedir as crises, pelo menos de atenuar a dureza delas” (FETSCHER, 1982, p. 265).

Bernstein elenca enquanto influências Kant e Lange (BERNSTEIN, 1976, p. 273), em seu espírito crítico sobre o materialismo e a dialética; socialistas não marxistas como Sidney e Beatrice Webb; teóricos burgueses como Julius Wolff, Brentano, Herkner e Sinzheimer; sem deixar Marx completamente de lado e sob a égide das mudanças teóricas e políticas premeditadas por um “último Engels”.

Tendo como ponto central os elementos citados, estes serão presentemente analisados sob sua abordagem sobre os conceitos de teoria do colapso, dialética hegeliana, liberdade e como a revisão que Bernstein propõe sobre estes decorre em uma teoria que comporta um conceito de democracia diverso do marxista.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1. A teoria do colapso

Primeiramente, caracterizando o materialismo da teoria marxista, Bernstein afirma:

O materialismo ensina-nos que este movimento obedece a leis, como qualquer processo mecânico, e que qualquer acontecimento faz parte de um encadeamento de causa e efeitos. Revela-nos também que o movimento da matéria produz as nossas ideias e as nossas escolhas. O materialismo, portanto, é um calvinismo ateu, que, embora negando a ideia da predestinação, admite, no entanto, que tudo é determinado pela totalidade da matéria. (BERNSTEIN, 1976, p. 50)

Contrapondo-se a uma interpretação comum do marxismo de sua época, Bernstein negava a teoria do colapso. Esta representava uma hipótese que tinha como fundamento o aumento de degradação da economia capitalista, resultando não só na precarização da condição dos trabalhadores e na concentração de renda, mas em crises cada vez mais frequentes, fatores que levariam para uma crise definitiva. Como coloca Rosa Luxemburgo:

A ideia consiste no pressuposto de que a ordem capitalista provocará, por si só, em virtude de suas próprias contradições, o momento em que sairá dos trilhos, em que se tornará simplesmente impossível (LUXEMBURGO, 2018, p. 8).

Em sua negação, Bernstein conduziu uma investigação que passava pelas novas formas que o capitalismo possibilitara, formas estas que representariam adaptações da economia capitalista capazes de suprimir a anarquia do mercado e tornar as crises menos frequentes, quando não contornáveis. Contudo, em seus argumentos, Bernstein suprimia não só a teoria do colapso, como a própria hipótese do declínio do capitalismo, enxergando nas novas possibilidades políticas, econômicas e tecnológicas os meios que permitiriam a adaptação do capitalismo a uma forma mais estável. Esses argumentos podem ser divididos em três categorias: referentes às organizações patronais; referentes às novas tecnologias; possibilidades das novas formas de crédito.

Quanto às formas de organizações patronais, as sociedades anônimas, os trustes e os cartéis são objetos de análise. As sociedades anônimas, por exemplo, representariam uma possibilidade de contraposição à concentração de capital (BERNSTEIN, 1976, p. 98), de forma que não seria necessário ser um grande capitalista para ser um acionista (BERNSTEIN, 1976, p. 100). Argumento deficitário na medida em que ignora a distinção entre aqueles que detêm algum capital e aqueles que o controlam, de forma que, como coloca Peter Gay:

O que importava para ele não eram quantas – ou ainda, quão poucas – pessoas controlavam o destino da economia; ele queria demonstrar que a classe de proprietários não estava encolhendo em tamanho e que o processo

de bifurcação da sociedade em dois grupos hostis conforme foi previsto por Marx não estava acontecendo. (GAY, 1962, p. 173)¹

Como consequência, a tendência à financeirização da economia é confundida com distribuição de riqueza, e a tendência já visível de distanciamento social entre burguesia e proletariado é igualmente camuflada.

Os trustes e cartéis, por sua vez, permitiriam a atenuação da concorrência, a melhor regulação da produção nacional e internacional frente à superprodução (BERNSTEIN, 1976, p. 137) e contraposição à tendência de queda da taxa de lucro.

As novas tecnologias, que haviam facilitado a locomoção e a comunicação, colaborariam com a maior integração na formação do mercado internacional, possibilitando igualmente os meios pelos quais a fiscalização desse novo mercado ocorreria, permitindo maior controle sobre eventuais fraudes e evitando crises pela maior facilidade de ação e colaboração mútua. As crises, portanto, se tornariam limitadas, localizadas e controláveis.

As novas formas de crédito colaborariam com a expansão da produção e com a aceleração do processo de troca de mercadoria. Unido ao controle da produção pelos cartéis e trustes, seu aspecto incentivador à superprodução poderia ser contornado.

Por fim, a própria tendência à concentração, com a grande indústria e a grande propriedade agrária absorvendo a pequena e a média, não se verificaria. Neste último caso, o crescimento da grande propriedade industrial se via aliado ao da pequena e da média, de forma que no campo, o processo que privaria o pequeno e médio proprietário de suas terras, proletarizando-o, bem como o aumento do exército industrial da reserva, não chegavam perto dos parâmetros ingleses que serviram de base para a teoria marxista.

Dessa forma, a ausência de crises de grande repercussão aliada às vitórias eleitorais do SPD e do movimento sindical distanciavam a imagem da pauperização prevista por Marx. O proletariado se revoltava não diante da completa miséria, mas dos ganhos que obteve em sua organização, pois o aumento da produção dos bens de consumo não poderia ser completamente absorvido pelas crises, exército e exportação. Como consequência, restava a ampliação de um estado de bem-estar ou o aumento das camadas médias, o que se contrapunha à tendência à proletarização (BERNSTEIN, 1976, p. 104).

Nesse aspecto entra o trabalho da Social-Democracia que, frente a uma realidade em que a mobilização do proletariado se mostra proporcional aos ganhos no seu bem-estar – em detrimento da pauperização – teria o papel de contribuir com seu esclarecimento, com a mobilização política, com a luta por reformas progressivas e pelo estabelecimento de formas

¹ Esta tradução e as que seguem são todas de responsabilidade do autor.

organizativas que propiciassem uma passagem eficiente, ao mesmo tempo que pacífica, do capitalismo ao socialismo.

Duas propostas discutidas de forma mais pormenorizada por Bernstein são as cooperativas de produção e de consumo, tratando principalmente sobre o sucesso da segunda. Aliada a tanto, o autor vê na municipalização da política uma forma de garantir uma passagem mais suave das formas atuais para as formas mais avançadas, concedendo o poder de expropriação (ligado a indenizações), autonomia de gestão e corpos policiais próprios.

Rosa Luxemburgo, em seu *Reforma Social ou Revolução?*, faz uma análise sobre os argumentos de Bernstein, mas, principalmente, sobre a implicação destes na construção do todo de sua formulação teórica. Dessa forma, passemos à crítica da autora como forma de delimitar as divisões entre o desenvolvimento marxista representado por ela, e o revisionista representado por Bernstein.

Rosa delimita três resultados do desenvolvimento capitalista que representariam a justificação científica do socialismo (LUXEMBURGO, 2018, p. 8): 1) a crescente anarquia do mercado; 2) a crescente socialização do trabalho; 3) o crescente poder e consciência de classe do proletariado. Os argumentos de Bernstein, segundo a autora, suprimem a primeira dessas três justificativas. Como demonstrado, a argumentação dele visa refutar não só a teoria do colapso – que a própria Rosa considera elemento secundário e colateral (LUXEMBURGO, 2018, p. 8), enquanto parte da primeira justificativa –, mas a concepção de que o capitalismo tende à própria degradação, ou, como posto pela autora, à crescente anarquia.

Dessa forma, a resolução histórica das contradições materiais apresentadas não seria resolvida pelo acúmulo quantitativo transformado em nova qualidade, ou seja, nas contradições do próprio capitalismo criando a tendência de sua resolução pela passagem revolucionária ao socialismo. Bernstein vê no próprio capitalismo adaptações para as suas contradições, e essas adaptações progressivas poderiam ser direcionadas à construção do socialismo.

Passando aos argumentos econômicos de Rosa Luxemburgo, a autora constata que as organizações patronais, que só se estendiam a determinado ramo da indústria, elevariam suas taxas de lucro às custas de outros setores, de forma que seu modelo não poderia se estender de forma generalizada (LUXEMBURGO, 2018, p. 15) permitindo o controle de crises. Essa contradição se estenderia ainda à competição no mercado externo, potencializando a anarquia do mercado mundial (LUXEMBURGO, 2018, p. 15). Sobre o crédito, a autora ressalta que ele agravaria a contradição entre modo de produção e modo de troca “na medida

em que estende a produção ao máximo, mas paralisa a troca ao menor pretexto” (LUXEMBURGO, 2018, p. 14).

Embora a interpretação de Bernstein, nesse momento seja oposta à de Kautsky – representante daquilo que era tido com ortodoxia naquele contexto – ambas parecem carregar uma característica fundamental e marcante do marxismo da Segunda Internacional: o evolucionismo. Enquanto em Kautsky isso se manifesta na transformação da crítica de Marx em uma “ciência materialista do desenvolvimento da sociedade”, em que a “teoria do colapso” e a “teoria da pauperização” assumem papel chave (FETSCHER, 1982, p. 265), Bernstein nega esses elementos chave, em prol de um “socialismo evolucionário” realizado por meio de reformas graduais e cumulativas” (ANDRADE, 2006, p. 18), onde “sua concepção linear e orgânica da evolução social e seu elevado otimismo assemelham-se ao spencerianismo encontrado entre fabianos como Sidney Webb” (ANDRADE, 2006, p. 18). No entanto, a simples caracterização da teoria política de Bernstein como evolucionista não é o suficiente para ressaltar suas particularidades, principalmente quando comparada com a de Kautsky. Portanto, cabe trabalhá-la a partir dos conceitos de evolucionismo e de determinismo.

Plekhanov, em seu *Os Princípios Fundamentais do Marxismo* (1907), cita uma carta de Engels, afirmando que [grifo nosso]:

Não existe, portanto, um efeito automático da situação econômica, como alguns gostam de interpretar por comodismo. **São os próprios homens que fazem sua própria história**, porém dentro de um meio dado, que os condiciona, sobre a base de relações efetivas dadas. Entre estas últimas, **as relações econômicas**, por mais poderosa que seja a influência exercida sobre elas pelas outras relações de ordem política e ideológica, **são, apesar de tudo, aquelas cuja ação é decisiva**, no final de contas, e constituem o fio condutor que permite compreender o conjunto do sistema. (PLEKHANOV, 1989, p. 50)

O autor continua, com:

Entre as pessoas que interpretam a doutrina histórica de Marx e Engels no sentido que “existe um efeito automático da situação econômica”, se encontrava também, como vemos agora, o próprio E. Bernstein, na época em que era ainda “ortodoxo”.

Essa visão presente na fase ortodoxa de Bernstein ainda é aquela que ele utiliza para definir o marxismo e um dos motivos que move o seu revisionismo. Ele enxerga no marxismo uma forma de determinismo, em que, como supracitado “tudo é determinado pela totalidade da matéria”, visão que decorre mais da precariedade de sua interpretação do que da fidelidade – e, portanto, da necessidade de correção – da teoria de Marx e Engels. Ainda assim, como citado, esse é um erro característico do marxismo da Segunda Internacional. Passando ao aspecto evolutivo, cabe, novamente, uma interpretação de Plekhanov sobre o marxismo:

Muitas pessoas confundem a dialética com a doutrina da evolução. A dialética é, com efeito, uma doutrina da evolução. Mas ela difere essencialmente da

“teoria da evolução” vulgar, que repousa essencialmente sobre o princípio que *nem a natureza, nem a história dão saltos e que todas as transformações no mundo só se dão gradualmente*. (PLEKHANOV, 1989, p. 27)

Essa confusão identificada por Plekhanov é, na teoria de Bernstein, um objetivo deliberado. O marxismo é pautado na evolução dialética, ou seja, na passagem de um acúmulo quantitativo a uma nova qualidade, que resulta, portanto, no rompimento da progressividade, processo que passa tanto por fatores objetivos – sobrevalorizados na teoria de Plekhanov, – e subjetivos – cuja importância é explicitada na obra de Lenin – que alinhados ensejam o processo revolucionário. Bernstein define a teoria de Marx e Engels como um “evolucionismo inorgânico” contrapondo seu “evolucionismo orgânico” (GAY, 1962, p. 146) progressivo de forma distendida no tempo e sem necessidade de rompimentos. Esses elementos, decorrem tanto de sua análise sobre as capacidades adaptativas do capitalismo, quanto de sua concepção sobre o Estado e a Democracia e sobre a própria dialética enquanto método, já que um dos aspectos fundamentais da teoria de Bernstein é a sua recusa da dialética.

2.2. A dialética hegeliana

Há duas teorias frente a frente: uma que prefere a violência, outra que considera a economia como o fundamento da evolução social. (BERNSTEIN, 1976, p. 84)

Para Bernstein, a filosofia da história do marxismo, consolidada por meio da dialética hegeliana, é o aspecto filosófico central da teoria marxista a ser substituído. Partindo da análise econômica supracitada, o fatalismo da “teoria do colapso” é contraposto a uma concepção evolucionária orgânica; não ocorreria o agravamento das contradições do capitalismo, mas, contrariamente, sua resolução. No entanto, esse erro que existe na interpretação de Marx subsistiria no método, como coloca Fetscher, sobre a perspectiva de Bernstein:

Marx, seduzido pelas “insídias do método dialético hegeliano”, teria elaborado uma concepção da história que só é capaz de figurar um processo de desenvolvimento por meio do aguçamento das contradições, ou seja, das revoluções violentas. (FETSCHER, 1982, p. 285)

Para Bernstein, a dialética abriria espaço para a arbitrariedade, principalmente quando defrontada com fenômenos complexos (BERNSTEIN, 1976, p. 69). Nesse aspecto, adentra a herança do blanquismo, do qual o marxismo, segundo Bernstein, teria como diferencial apenas o método, sobrevalorizando o papel criador da violência revolucionária e ignorando seu “caráter reacionário, política e economicamente, sobretudo quando é aplicado contra a democracia burguesa.” (BERNSTEIN, 1976, p. 78)

Tal aspecto está fortemente ligado às investigações de Bernstein sobre economia e organização da produção. Não tendo ocorrido a absorção das pequenas e médias empresas

pelas grandes, a via revolucionária não conseguiria se apropriar de uma parcela suficiente da produção e a desorganização necessária para o restabelecimento das instituições e de uma forma organizativa condenariam a produtividade à anarquia e à ineficiência. O socialismo, visto por Bernstein como um “liberalismo organizador”, se mostraria contraproducente. No posfácio escrito em 1920 (a obra original é de 1899), Bernstein retoma esse aspecto ao tratar da revolução bolchevique de outubro de 1917.

No entanto, um aspecto aqui se mostra essencial, a via revolucionária não é completamente renegada por Bernstein, como posto por Marek Waldenberg:

Se a concepção de Bernstein não excluía a eventualidade de métodos ilegais de luta e do uso da força, esses métodos eram indicados como admissíveis, porém, somente no curso das lutas pela instauração do regime democrático ou das lutas provocadas por tentativas reacionárias contra um regime político liberal, ou seja, no quadro da estratégia da luta pela democratização. (WALDENBERG, 1982, p. 243-244)

Isso se mostra, contudo, fortemente contraditório com a postura que adotaria no final de sua vida, pois:

Em suma, Bernstein dirigiu à ditadura do proletariado severas críticas e repressões a seus métodos e objetivos, enquanto, simultaneamente, via como legítima a violência praticada contra os social-democratas em seu próprio país, em nome da república parlamentarista burguesa. (ANDRADE, 2006, p. 31)

Substituindo a dialética abandonada, Bernstein propõe – como outros pensadores do seu tempo – o “retorno a Kant”, ou mais propriamente, um retorno a Lange. Esse retorno, contudo, não se dá não no âmbito da filosofia prática desses autores – principalmente de Kant, já que, como o próprio Lange afirmava, a parte mais perecível do kantismo se dá em sua filosofia prática (SCHERER, 2018, p. 251) -, mas sim em seu “espírito crítico” (BERNSTEIN, 1976, p. 273). Como coloca Peter Gay:

Isso não significava a aceitação da teoria do conhecimento de Kant, nem uma reavaliação geral dos ensinamentos éticos de Kant. Significava que o socialismo alemão precisava de objetivo, de uma crítica aguda que rejeitasse o dogmatismo da dialética hegeliana e aceitasse a validade dos juízos éticos. (GAY, 1962, p. 156)

No entanto, fato é que não existe uma exposição sistemática e aprofundada do método filosófico de Bernstein, consequência da própria ausência desse método desenvolvido de forma adequada. Mesmo em sua pesquisa nos arquivos de Bernstein, Peter Gay em sua biografia intelectual, ao tratar do âmbito filosófico, remete quase que exclusivamente a um único texto enquanto exposição das ligações entre Bernstein e Kant: *Como é possível o Socialismo Científico*. Dele, podemos extrair que Bernstein via ciência como conhecimento sistematicamente ordenado, percepção da verdadeira natureza e relação entre as coisas, com apenas uma ciência em cada campo do conhecimento (GAY, 1962, p. 158).

O socialismo, enquanto uma alternativa ética, não seria científico, mas dotado de elementos utópicos, o que leva Bernstein a sugerir a substituição do termo “socialismo científico” por “socialismo crítico” (GAY, 1962, p. 159), também pelo fato de não considerar a ética possível enquanto ciência (GAY, 1962, p. 160). Portanto, para Peter Gay, Bernstein não seria um kantiano ou neokantiano, mas um filósofo de senso-comum, caracterizado por um naturalismo *latu sensu*, pelo empirismo e por uma ética naturalista (GAY, 1962, p. 162).

Bernstein propôs a negação do determinismo econômico que faria da revolução algo inevitável – problema apresentado por sua antiga ortodoxia -, identificou novas formas de adaptação do capitalismo que fizessem com que negasse a tendência à degradação, e, finalmente, descartou a revolução enquanto salto qualitativo para o socialismo e a dialética enquanto método que a indicava enquanto necessidade. Se a revolução deixa de ser uma necessidade histórica para a concretização do socialismo, as possibilidades de ação dentro do *status quo*, identificadas por Bernstein, são maiores do que as constatadas pelos outros socialistas. Cabe então analisar a relação que o autor estabelece entre a história, condições materiais e liberdade.

2.3. Liberdade

Se nos colocamos sob o ponto de vista da “crítica neokantista” de Marx, é preciso admitir que, nesta necessidade condicional, existe também um elemento de submissão. O homem seria mais livre se pudesse satisfazer suas necessidades sem dispendir nenhum esforço. Ele se submete à natureza, mesmo quando a obriga a servi-lo. Mas esta submissão é a condição de sua libertação: submetendo-se à natureza, aumenta com isto seu poder sobre ela, ou seja, sua liberdade. Seria o mesmo no caso onde a produção social estivesse organizada de forma racional. Ao se submeter às exigências da necessidade técnica econômica, os homens poriam termo a este regime insensato que faz com que sejam dominados por seus próprios produtos, ou seja, aumentariam formidavelmente sua liberdade. Aqui também sua submissão tornar-se-ia a fonte de sua libertação. (PLEKHANOV, 1989, p. 73)

Se Bernstein é influenciado por um otimismo evolucionista de matriz spenceriana, sua concepção sobre a liberdade não deixa de premeditar outras influências. Está muito mais ligada a um homem que se libertou das amarras da natureza e, portanto, da necessidade. Sua concepção de liberdade está ligada ao poder de escolha, escapando à necessidade histórica. Diferentemente do conceito de influência hegeliana utilizado na crítica de Plekhanov, a liberdade se faz frente às condições históricas, e, consequentemente, à necessidade.

Plekhanov critica esse conceito de liberdade, par oposto à necessidade nessa posição dualista que a define “unicamente como uma força que nos impede de agir segundo nosso desejo e que nos obriga a fazer o que é contrário a ele” (PLEKHANOV, 1989, p. 73). A necessidade também se apresentaria como necessidade condicional, ou seja, como uma forma de submissão às condições históricas e naturais por meio das quais o homem exerce

seu domínio sobre si e sobre a natureza externa. Engels define a liberdade enquanto “domínio exercido sobre nós e sobre a natureza externa, domínio fundado no conhecimento das necessidades inerentes à natureza” (PLEKHANOV, 1989, p. 72), ou seja, segue Hegel em seu “[a] necessidade só é cega na medida em que não é compreendida” (PLEKHANOV, 1989, p. 72). Plekhanov, em sua defesa da dialética, segue esses autores na defesa da relação entre ambos os conceitos.

Para Bernstein, o livre arbítrio serve de fundamento para a lei moral, e esta para a moral social (BERNSTEIN, 1976, p. 210). Diferindo de Kautsky, sua teoria abriria espaço para uma ação que independe da necessidade histórica, o que torna necessária uma moral, orientadora das ações políticas a serem tomadas e dos meios passíveis de serem escolhidos. Quando afirma que “[o] movimento é tudo, e aquilo que é *correntemente* denominado o objetivo final do socialismo não é nada” (BERNSTEIN, 1976, p. 27), estabelece seu compromisso com os deveres imediatos frente ao objetivo final.

Diferentemente da teoria marxista e como consequência da negação da dialética, a definição de liberdade ganha a aparência de absoluta, enquanto sujeita aos limites ignorados da necessidade. Refreada por uma moral que restringe a tática política “pelos meios” enquanto estes obscurecem a possibilidade de realização dos fins e, em última instância, a sua própria consolidação enquanto meios. Sob a ilusão de estar liberto das amarras da necessidade, engalfinha-se nelas.

“Em princípio, a democracia é a abolição da dominação de classe, mesmo que não implique, de facto, a supressão das classes” (BERNSTEIN, 1976, p. 203), afirmação com que Bernstein define sua posição quanto à democracia da época, diferente fundamentalmente das interpretações marxistas que seriam desenvolvidas por autores ortodoxos. Tanto em Lenin quanto em Rosa Luxemburgo, o caráter de classe da democracia – tida enquanto democracia burguesa – é decorrente da análise sobre a economia política que evidencia como as formas políticas, no caso o Estado e a democracia, não podem ser interpretados separadamente da dinâmica do domínio econômico da burguesia no Estado capitalista. A negação da tendência a degradação e conseqüentemente da necessidade que determina a resolução dialética das contradições, faz com que o socialismo, enquanto alternativa de escolha livre e racional, só possa ser realizado de forma evolucionária, se fundamentado enquanto princípio racional. Como coloca Rosa Luxemburgo:

Se, porém, Bernstein não vê na própria estrutura econômica do capitalismo a cisão, o desenvolvimento para o socialismo, então ele precisa, para ao menos salvar o programa socialista em sua forma, buscar refúgio em uma construção idealista que se encontra fora do desenvolvimento econômico e transformar o próprio socialismo, de uma determinada fase histórica do desenvolvimento social que é, em um “princípio” abstrato. (LUXEMBURGO, 2018, p. 55)

2.4. democracia

A experiência mostra que quanto mais antigas são as instituições democráticas, mais reconhecidos são os direitos das minorias e mais as lutas partidárias perdem a rudeza. (BERNSTEIN, 1976, p. 201)

Negando a pauperização e a teoria do colapso, enxergando no capitalismo um sistema que se consolidava e encontrava formas de contornar suas crises e presenciando as vitórias do SPD na política parlamentar, Bernstein vê na democracia o meio pelo qual se dará a contraposição à irracionalidade da produção encarnada no mercado.

Se a via revolucionária é negada pelos efeitos negativos que poderia ter sobre a produção – devido à instabilidade, à ausência de novas formas organizativas e à consciência do proletariado –, a democracia e as reformas progressivas são o meio, o processo pelo qual o amadurecimento da atuação política dos trabalhadores se dá mediante os ganhos progressivos que angaria em seu processo de consolidação. Nas palavras de Silva:

A concepção de Estado em Bernstein estava indissoluvelmente ligada à sua concepção de democracia. Nele, a democracia perdia o conteúdo de classe, não havia qualquer mediação. Reduzida ao quadro do regime burguês, a democracia era alçada a uma posição estrategicamente superior. O socialismo aparecia então como resultante do desenvolvimento pacífico e ininterrupto da democracia e das instituições burguesas. A classe operária deveria submeter seu objetivo final fundamental à sua defesa e garantia. (SILVA, 2011, p. 126)

O evolucionismo bernsteiniano se mostra intimamente ligado aos progressos da democracia burguesa, de forma de que o autor faz questão de posicionar o socialismo nessa tradição, afirmando-o enquanto “liberalismo organizador”.

O autor vê na democracia a forma política do liberalismo, representação dos seus ideais e superação do feudalismo como forma que aprisiona o povo enquanto refém da vontade alheia e da tradição. Dessa forma, a progressão das conquistas do partido em prol do bem-estar da população garante um processo de transição pacífica, bem como um “aburguesamento” do proletariado, sendo o caráter “burguês” decorrente não dos privilégios adquiridos pelos detentores dos meios de produção, mas enquanto cidadão dentro de uma sociedade onde todos tem os mesmos direitos.

Bernstein chega ainda a sobrepor as liberdades individuais à satisfação das reivindicações econômicas, pois o “desenvolvimento da personalidade humana e a segurança dos indivíduos é o objetivo de todas as medidas socialistas, mesmo das que podem parecer coativas” (BERNSTEIN, 1976, p. 209). O liberalismo encarnaria então enquanto princípio, a liberdade e a soberania popular, evidentes em obras como as de Rousseau.

Nesse aspecto o autor opõe-se à ditadura do proletariado. Sendo a democracia forma independente do domínio de classe, esta se tornaria a ferramenta pela qual o proletariado angariaria o poder, e sua manutenção seria indissociável até mesmo da manutenção desse poder. A democracia, enquanto forma, garante a responsabilização de seus organismos e dos indivíduos que dela participam. É o remédio frente à burocratização, que seria engendrada por formas de centralização do poder. A ditadura do proletariado não representa nada mais do que os ideais blanquistas, apoiados no terrorismo das cúpulas. A Comuna de Paris seria o exemplo de que o proletariado não poderia simplesmente tomar o aparelho do Estado e colocá-lo a seu serviço. O meio reformista evolucionário se faria necessário.

No âmbito de sua teoria do Estado e da Democracia, culminam as revisões que Bernstein propõe da teoria marxista, delimitando, finalmente, as implicações das divergências interpretativas quanto à economia, o método dialético e o conceito de liberdade. Sua proposta inicial de realinhar teoria e prática dentro do SPD não se dá simplesmente na mudança de posicionamento quanto às possibilidades de atuação dentro do Estado, substituindo ou ignorando a crítica marxista do Estado – como acontecera com outros membros da socialdemocracia alemã – e acoplando uma nova concepção a uma teoria que não a comporta.

O esforço investigativo de Bernstein é mais amplo, e visa abarcar uma revisão do marxismo que o torne compatível com as possibilidades que ele enxergava na atuação interna ao Estado. Posteriormente, e de forma análoga, mas diametralmente oposta, Lenin, em seu *O Estado e a Revolução* (1917), buscará explicitar os aspectos da teoria marxista referentes ao Estado, respondendo tanto as propostas revisionistas do passado – como a de Bernstein – como as de marxistas que ignoravam a dimensão crítica do marxismo quanto ao Estado e a delimitação de suas possibilidades.

Retomando a concepção de Bernstein sobre a democracia. Adam Przeworski coloca:

Eduard Bernstein via no socialismo simplesmente “a democracia levada à sua conclusão lógica”. A democracia representativa, para os social-democratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter ao mesmo tempo instrumental e prefigurativo. (PRZEWORSKI, 1991, p. 29)

Ao que vale contrastar Lenin:

A sociedade capitalista, considerada em suas mais favoráveis condições de desenvolvimento, oferece-nos uma democracia mais ou menos completa na república democrática. Mas essa democracia é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista e, por isso, sempre permanecerá, no fundo, a democracia de uma minoria, apenas para as classes possuidoras, apenas para os ricos. (LENIN, 2017, p. 112)

Enquanto para Bernstein a democracia representativa não apresenta nenhum conteúdo de classe na forma como se apresentava no seu contexto, para Lenin a democracia não deixa de comportar conteúdo de classe. Dessa forma, enquanto para Bernstein a democracia é o meio pelo qual se dá a conquista do Estado, e o fim, já que a expansão de sua influência para a esfera econômica seria a realização do socialismo; para Lenin ela não pode deixar de ser avaliada à luz de suas determinações históricas e materiais. A democracia, no capitalismo, é vista como necessariamente burguesa e a sua reprodução nos moldes do Estado só reforça sua existência enquanto “manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe” (LENIN, 2017, p. 29).

Bernstein e Lenin enxergam no conceito de democracia a realização da igualdade formal, mas para o segundo, a igualdade, mesmo formal, só é construída com a supressão das classes (LENIN, 2017, p. 124). Em Lenin há um rompimento que depende do meio revolucionário, pois o Estado “é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão*, moderando o conflito das classes” (LENIN, 2017, p. 29). Tal como em Bernstein, o Estado cumpre uma função de transição, mas essa função só se torna possível após sua conquista pelo proletariado, onde será dotado de uma nova qualidade. Por isso, em carta à Bebel, Engels propõe “substituir, por toda parte, a palavra Estado por *Gemeinwesen*, uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune*” (MARX, 2012, p. 56); carta citada por Lenin em seu *O Estado e a Revolução* (LENIN, 2017, p. 88-89) demonstra o impacto que a Comuna de Paris teve sobre a teoria marxiana do Estado, como expresso ainda no prefácio de 1972 ao Manifesto Comunista, que coloca “A Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que ‘não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins’” (MARX e ENGELS, 2010, p. 72).

Dessa forma, *O Estado e a Revolução* faz jus à teoria de Marx e Engels, ao delimitar as possibilidades de atuação internas ao Estado burguês, os contornos do novo Estado proletário e sua instrumentalização na supressão das classes, e finalmente, no próprio definimento do Estado, que levaria do socialismo – fase inferior do comunismo, na *Crítica do Programa de Gotha* de Marx – ao comunismo – fase superior do comunismo, em Marx.

2.5. Impacto e legado do revisionismo bernsteiniano

O Revisionismo de Bernstein foi filho do seu tempo: a expressão lógica da crença no progresso que motivou amplos círculos na Europa antes que esta fosse destruída pela guerra. Seu advento, como demonstrado, foi inevitável: os Revisionistas não criaram o ambiente reformista, mas o ambiente, ao contrário, chamou pela teoria. (GAY, 1962, p. 302)

A reconstrução do debate gerado pelo revisionismo de Bernstein visa mostrar não só as diferenças que o separa dos teóricos marxistas de sua época, mas também a necessidade de sua revisão sobre os pressupostos do marxismo de forma a comportar um conceito de democracia que não é original, mas o hegemônico no pensamento político da época e ainda no atual. Essa revisão é motivada essencialmente por uma observação empirista, sobre a comparação entre as previsões econômicas de Marx – em seu caráter mais abstrato – e as condições materiais da Alemanha à época, sobre as estratégias políticas que ela enseja e aquelas adotadas pelo SPD, a revisão filosófica e metodológica é um esforço para gerar uma teoria condizente com essas observações. Se a interpretação do marxismo por Bernstein tinha uma forma determinista, o falseamento das previsões de Marx era suficiente para que o método fosse descartado ao invés de reaplicado na análise de uma realidade cambiante.

No contexto da publicação dos artigos *Problemas do Socialismo* e principalmente, de *Os Pressupostos*, surge um grande debate dentro do SPD sobre a necessidade de se revisar Marx, bem como de adotar uma prática reformista que prescindia do horizonte revolucionário. Esse debate resulta na rejeição das teses de Bernstein, ao mesmo tempo em que a atuação do SPD segue com a prática essencialmente reformista, que já o caracterizava nos anos anteriores.

Somado a isso, a leitura dos interlocutores de Bernstein mostra que a intelectualidade marxista deu grande importância ao debate das ideias revisionistas, o que poderia indicar que sua propagação se deu em grande escala. De fato, como Bernstein almejava, seu projeto parecia suprir a lacuna entre teoria e prática dentro do partido, contribuindo com a consolidação de um novo projeto socialista evolucionário e reformista, deixando uma marca no pensamento socialista, já que o SPD era o epicentro do pensamento socialista durante a Segunda Internacional. No entanto, mesmo uma biografia apologética como a de Peter Gay não pôde deixar de reconhecer que Bernstein fez apenas uma contribuição negligenciável ao pensamento socialista (GAY, 1962, p. 299).

Para entender a ausência de influência do pensamento de Bernstein em um contexto do qual ele é a expressão, cabe tomar uma distinção que Gay faz entre revisionistas e reformistas. Os primeiros seriam a intelectualidade que propunha revisões à teoria de Marx; os últimos, reformadores sem preocupações teóricas definidas (GAY, 1962, p. 260). A tendência à prática reformista era uma consequência da adequação do SPD à política da época pós revogação das leis antissocialistas. A necessidade de angariar votos para atuação dentro do parlamento, bem como de fazer alianças com partidos burgueses, convergia com os interesses antirrevolucionários da burocracia do partido e de parte dos sindicatos alemães – o que é amplamente denunciado por Lenin, na sua tese do limite reformista economicista da consciência sindical espontânea.

No entanto, durante o Bernstein-*debatte* os sindicatos mantiveram-se neutros (GAY, 1962, p. 140). A mesma neutralidade não é vista nos debates sobre a greve de massas/greve geral, vista pelos radicais como um instrumento para a revolução, pelo revisionismo de Bernstein como um dos instrumentos de defesa da democracia contra ataques reacionários, mas também como objeto de profunda oposição pelos sindicatos, motivando inclusive ataques aos intelectuais do partido (GAY, 1962, p. 136-137). O desinteresse dos sindicatos e por extensão dos reformistas pela teoria ao mesmo tempo comportava um apoio tácito ao revisionismo, apenas na medida em que este afastava o SPD das práticas revolucionárias e consequentemente, do incentivo à greve de massas/greve geral, um alinhamento mais tático, do que propriamente estratégico.

Essa dinâmica mostra como, ao mesmo tempo, Bernstein aparece como expressão teórica de um contexto político determinado, sem, no entanto, impactar profundamente o desenvolvimento ulterior desse mesmo contexto, já que o SPD e os movimentos proletários não adotam deliberadamente e nem sequer se restringem ao reformismo antirrevolucionário de Bernstein, abandonando também o horizonte socialista. Aqui, ressoa uma crítica do jovem Marx em sua Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel:

As revoluções precisam de um elemento passivo, de uma base material. A teoria só é efetivada num povo na medida em que é efetivação de suas necessidades. [...]. Serão as necessidades teóricas imediatamente necessidades práticas? Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento. (MARX, 2013, p. 158)

Os limites metodológicos do empirismo de Bernstein o levam a projetar para o futuro uma tendência que, mesmo que não questionada em seu otimismo na leitura das condições políticas e econômicas da Alemanha à época, não se concretizou, de forma que as novas estruturas que avaliava enquanto adaptações do capitalismo seriam o alicerce das novas crises do capitalismo financeiro, contexto que enseja as teorias sobre o imperialismo. A “evolução” premeditada por Bernstein prescindiu de base material e sua teoria só se mostrou efetiva como ponte de transição para posições mais conservadoras que as suas. O amargo retrato que Paul Sweezy extrai em sua resenha do livro de Gay se mostra preciso:

A imagem de Bernstein que emergiu da cuidadosa análise de Gay sobre sua carreira é a de um fracasso quase total. Suas teorias experienciaram fama momentânea, não por causa de nenhum mérito particular, mas por causa do contexto histórico específico no qual elas foram publicadas. Os políticos práticos e líderes sindicais que eventualmente controlaram o movimento socialista alemão concordaram com Bernstein - no limite no qual se importaram em pensar sobre qualquer questão teórica - mas não tinham utilidade para ele em seus conselhos internos. E o conteúdo da mensagem de Bernstein - a conversão gradual da nova sociedade - foi brutalmente desmentido pelo curso da história alemã durante o século XX. (SWEETZY, 1953, p. 664)

A transformação do SPD em um partido reformista e sua ulterior negociação com partidos burgueses o levariam, posteriormente e com o recrudescimento da política alemã, à aprovação dos créditos de guerra que fomentaram o imperialismo alemão, deram início à perseguição interna e ao belicismo externo que resultariam na Primeira Guerra Mundial (ARCARY, 2005, p. 178). O próprio Bernstein votaria a favor dos créditos de guerra durante seu mandato como parlamentar, o que veria com profundo arrependimento no final de sua vida, já afastado da política radical socialista e do próprio SPD. O conceito formalista de democracia da teoria de Bernstein, juntamente com sua avaliação imprecisa sobre como as condições e contradições dadas ensejavam um revés antidemocrático o levam a participar desse processo de deterioração.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos mais relevantes do trabalho de Bernstein estão ligados a seu estudo sobre economia e sobre a presente ou futura realização de determinadas premissas que eram tidas como necessárias para um processo revolucionário. Aliado a isso, o evolucionismo, enquanto característica do pensamento recorrente na Segunda Internacional, deixa suas marcas numa leitura do marxismo que deixa de lado sua herança da filosofia clássica alemã. Tal investigação, aliada às novas formas que o capitalismo engendrava, gera duas leituras que em sua oposição se mostram características desse fenômeno. A de Kautsky, numa leitura que enrijece a análise ao solidificar conceitos e premissas ao invés de transpor o método à realidade cambiante, e a de Bernstein, que vê nos desdobramentos imprevistos dessa realidade um motivo para descartá-lo, ou revisá-lo em suas bases.

O conceito de democracia de Bernstein está unido ao seu conceito de Estado, e depende intimamente da revisão teórica que propõe à teoria e às proposições marxistas. Depende da capacidade do capitalismo de se adaptar a uma forma estável contrariando a tendência à degradação e à crises mais frequentes e globais, pois este é o fundamento material dentro do qual é possível ao proletariado ter sucesso em sua luta por melhoras econômicas que, por sua vez, lhe permitiriam se organizar de forma mais eficiente e lhe dariam acesso a formas de esclarecimento intelectual.

No âmbito político, depende do abandono do materialismo histórico-dialético, pois seu otimismo evolucionista não é compatível com um método que encontra na realidade a potencialização quantitativa de novas contradições – como as que se apresentavam no âmbito econômico – que levariam ao processo revolucionário enquanto salto qualitativo. A liberdade que enxergava no modelo de democracia herdado das revoluções burguesas era possibilitada pela negação da necessidade como um par dialético necessário, sendo alicerçada sobre sua análise das condições materiais e ganhando forma nas instituições políticas do Estado e da

Democracia. O Estado era o instrumento definitivo para as reformas e a democracia a forma política da liberdade. A igualdade política já estava, a seu ver, consolidada e deveria se expandir à esfera econômica e social. Se o capitalismo havia se estabilizado e a igualdade política se efetuado, a transição para o socialismo deixa de ser uma necessidade e passa a ser uma escolha ética, daí a necessidade de um programa político de conciliação e conscientização, que cooptasse diferentes classes.

O movimento feito por Bernstein, embora carregue os valores da luta política proletária, renuncia a preceitos fundamentais da teoria marxista, descaracterizando-a, privando-a de sua principal potência. Ao rejeitar o materialismo, ignora a incidência da forma econômica sobre a forma política. Ao negar o caráter de classe do Estado, deixa de percebê-lo enquanto limitado pelos interesses da burguesia. Ao ignorar o caráter de luta de classe da política, subestima o desequilíbrio de forças e como as condições que ensejaram o progresso, que lhe permitiu tantas vitórias, poderiam ser revertidas na repressão e barbárie que seria presenciada durante a primeira guerra mundial e, após sua morte, na segunda.

No entanto, o valor do *Bernstein-debatte* se mostra frente ao desenvolvimento das teorias marxistas e socialdemocratas, distanciadas qualitativamente do oportunismo político e da ortodoxia acrítica das formas de pensamento de matiz socialista. A crítica de Bernstein sobre a atuação política do SPD gera a necessidade de uma teoria marxista que abarque criticamente as possibilidades de atuação internas ao Estado na luta por reformas; da mesma forma, a crítica marxista sobre a teoria de Bernstein evidencia que uma postura reformista não pode prescindir de uma análise sobre o condicionamento econômico da política e de seus eventuais reveses antidemocráticos.

Por fim, cabe ressaltar que o revisionismo e o reformismo de Bernstein ainda se inserem no âmbito do socialismo. Precedem a transformação da socialdemocracia em uma postura puramente intervencionista, que, como coloca Przeworski:

Tendo se comprometido a manter a propriedade privada dos meios de produção, assegurar a eficiência e mitigar os efeitos distributivos, a social-democracia deixou de ser um movimento reformista. O reformismo sempre significou um progresso gradual em direção a transformações estruturais; tradicionalmente, encontrou sua justificativa na ideia de que as reformas são cumulativas e se constituem em etapas, conduzindo em alguma direção. A atual política dos social-democratas, por sua própria lógica, não permite mais a acumulação de reformas. (PRZEWORSKI, 1991, p. 58)

4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. E.-J. Marxismo e revisionismo no final do século XIX IN: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. Anais do XIII Simpósio Nacional de História - História: guerra

e paz, Londrina, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206570_817917a57d608a4cd41c49424edd3441.pdf>.

ANDRADE, J. E.-J. Eduard Bernstein e a social-democracia. Plural (USP), São Paulo, v. 13, p. 5-34, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75159>>.

ARCARY, V. Bernstein e o "método alemão". Estratégia gradualista na controvérsia sobre reforma e revolução na II Internacional. Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, São Paulo, v. 30, p. 169-188, Junho 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2260>>.

BERNSTEIN, E. Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSBAWM, E. História do Marxismo II: o marxismo na época da segunda internacional - primeira parte. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GAY, P. The Dilemma of Democratic Socialism: Eduard Bernstein's challenge to Marx. Nova York: Collier Books, 1962.

HOBBSBAWM, E. J. História do Marxismo III: o marxismo na época da segunda internacional - segunda parte. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LENIN, V. I. O Estado e a Revolução. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUXEMBURGO, R. Reforma Social ou Revolução. In: Textos Escolhidos - Volume 1 (1899-1914). 3ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. 3ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

PLEKHANOV, G. V. Os princípios fundamentais do marxismo. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PRZEWORSKI, A. Capitalismo e social-democracia. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHERER, F. C. Projeto social-reformista de Lange e de Bernstein: zurück auf Kant. Con-Textos Kantianos, Londrina, v. 8, p. 249-259, Dezembro 2018. Disponível em: <<https://www.con-textoskantianos.net/index.php/revista/article/view/369>>.

SILVA, A. O. D. O Dilema da Social-Democracia. Revista Espaço Acadêmico, v. 118, p. 123-130, Março 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12682/6710>>.

SWEEZY, P. M. The American Economic Review, v. 43, p. 663-665, Setembro 1953.

WALDENBERG, M. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSBAWM, E. História do Marxismo II: o marxismo na época da segunda internacional - primeira parte. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Contatos:

Pedro H. G. Saito - Email: pedro_hgs@outlook.com

José de Resende Junior – Email: zelotze@gmail.com